



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002635-97.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **BARBIERI CORREIA & BARBIERI LTDA ME**
 Requerido: **BRUNO MILANI e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

O réu é revel.

Citado regularmente, ele compareceu à audiência ciente de que deveria ofertar contestação até as 23h:59min daquela data (fl. 35), mas não o fez (a peça de resistência – fls. 54/60 foi apresentada somente dois dias depois), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Essa presunção de veracidade não foi refutada ao longo da instrução processual pelo réu, tendo em vista que a testemunha Edilsa Francisca dos Santos prestou depoimento que em momento algum afasta com segurança mínima a responsabilidade do mesmo pelo evento.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção da culpa do réu pela colisão em apreço, incumbindo-lhe ressarcir a autora pelos danos materiais daí advindos cristalizados em montante sobre o qual não se estabeleceu controvérsia.

Solução diversa aplica-se aos demais pedidos da autora.

Quanto aos lucros cessantes, nada foi amealhado para sequer conferir verossimilhança ao alegado na exordial, seja em relação ao espaço de tempo em que o veículo teria ficado parado, seja em face da importância que ela deixou de ganhar em razão disso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A revelia do réu não alcança esse aspecto e à míngua de comprovação sobre o assunto pela autora não vinga o pleito a esse título.

Quanto aos danos morais, sabe-se que a indenização pertinente, **afeta a pessoa jurídica**, passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

A autora nada comprovou sobre isso, de sorte que não faz jus ao ressarcimento postulado no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 3.610,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**